EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:

um foco nas percepções dos estudantes

Financial Education in Basic Education: a focus on students' perceptions

Lucas Carato Mazzi

Doutor em Ensino de Ciências e Matemática
Universidade Estadual Paulista - Unesp – São Paulo – Brasil

lucas.mazzi@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-3395-3724>

Nilton Silveira Domingues

Doutor em Educação Matemática
Colégio Koelle – São Paulo – Brasil

niltonsdomingues@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2375-6850>

Resumo

No início dos anos 2000, a Educação Financeira (EF) começou a ganhar destaque em âmbito internacional, a partir de uma pesquisa desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2010, com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), esta temática chega aos documentos oficiais brasileiros, gerando alguns primeiros movimentos na busca de um educar financeiramente os cidadãos. Mais recentemente, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as etapas do Ensino Fundamental, em 2017, e do Ensino Médio, em 2018, a EF ganha mais espaço na Educação Básica. Tendo em vista este cenário, este artigo visa discutir as compreensões que estudantes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio possuem acerca da expressão *Educação Financeira*. Assumindo os pressupostos da pesquisa qualitativa, foram desenvolvidos e aplicados questionários a 222 alunos de uma escola particular do interior do estado de São Paulo. A análise dos dados ocorreu mediante a elaboração de categorias de codificação e os resultados indicam que os alunos investigados percebem a EF na escola como um espaço que possibilita a discussão sobre organização pessoal, operações em situações de compra, consumo e investimentos.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Educação Básica. Estudantes. Ensino Fundamental. Ensino Médio.

Abstract

In the early 2000s, Financial Education (EF) began to gain prominence at the international level, based on research developed by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). In 2010, with the National Strategy for Financial Education (ENEF), this theme reached the official Brazilian documents, generating some first movements in the search for financially educating citizens. More recently, with the homologation of the National Common Curricular Base (BNCC) for the stages of Elementary School, in 2017, and High School, in 2018, the EF gained more space in Basic Education. In view of this scenario, this article aims to discuss the understandings that students of the Early and

Final Years of Elementary School and High School have about the term Financial Education. Assuming the assumptions of qualitative research, questionnaires were developed and applied to 222 students from a private school in the interior of the state of São Paulo. The analysis of the data occurred through the elaboration of emerging categories. The results indicate that students perceive EF in school as a discipline that enables the discussion about personal organization, operations in situations of purchase, consumption, and investments.

Keywords: Financial Education, Basic School, Students, Elementary School, High School.

Introdução

No início dos anos 2000, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) arquitetou e desenvolveu o ‘Projeto Educação Financeira’. Dentre outros objetivos, esse projeto pretendia identificar e avaliar os distintos programas, existentes na época, que versavam sobre o tema, em seus países membros e, mais especificamente, analisar aqueles voltados à educação. Com base nas informações e nos resultados alcançados, a OCDE propôs reflexões sobre a temática e sugeriu políticas, de modo a contribuir com a conscientização e a Educação Financeira (EF) dos cidadãos de seus países membros (OCDE, 2005).

Direcionando o olhar para o Brasil¹, em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, a sociedade brasileira passou por consideráveis mudanças. Dentre elas, destaca-se o aumento da classe média; o aumento da expectativa de vida; a redução da extrema pobreza e, conseqüentemente, da desigualdade (SCALON; SALATA, 2012; CORRÊA; MIRANDA-RIBEIRO, 2017). Esse novo cenário fez urgir a necessidade de educar financeiramente os cidadãos, de modo que eles pudessem tomar decisões conscientes (BRASIL, 2010). Para alcançar essa meta, foi instituída, através do Decreto Federal nº 7.397/2010² (BRASIL, 2011), a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), uma política de Estado, de caráter permanente. Inspirada na OCDE (2005), a Enef considera a Educação Financeira como sendo

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem seu bem estar contribuindo, assim, de modo consciente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BRASIL, 2010, p. 3).

¹ Apesar de não ser um país membro da OCDE, o Brasil possui uma proximidade da organização, mantendo cooperação desde o início dos anos 1990. Ele é considerado um *parceiro-chave* da OCDE e, como tal, tem a possibilidade de participar dos diferentes órgãos da OCDE, aderir aos instrumentos legais da OCDE, se integrar aos informes estatísticos e revisões por pares de setores específicos da OCDE. Para mais informações, ver <https://oecd.org/>.

² Vale destacar que foi instituída a nova Enef, através do Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020.

Entende-se que essa forma de compreender a EF visa “produzir sujeitos capazes de uma boa adaptação ao capitalismo financeiro” (SARAIVA, 2017, p. 169), ou seja, espera-se que os indivíduos não questionem o mundo em que vivem; não problematizem suas realidades e que, além disso, contribuam para que a engrenagem neoliberalista continue em funcionamento. Assumir essa postura é, como afirmam Mazzi e Baroni (2021, p. X, no prelo), colaborar para a “manutenção do *status quo* [...] e do fortalecimento da estrutura capitalista vigente”.

Pesquisadores no âmbito da Educação Matemática, descontentes com essa percepção de EF que objetiva o ensino para o consumo, elaboraram uma compreensão própria acerca do tema, de modo a se aproximar de uma vertente, deveras, educacional, que propicia ferramentas e possibilita o sujeito entender e refletir sobre variados tópicos que permeiam a EF, não só no que diz respeito ao consumo, produtos financeiros e a investimentos. Nessa direção, Silva e Powell (2013) caracterizam a ideia de Educação Financeira Escolar (EFE) que, segundo os autores,

constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWELL, 2013, p. 13).

Alusivo a esta noção, observa-se que ela permite conexões e ampliações que vão além do se ‘organizar financeiramente’ e ‘ganhar dinheiro’, ideias muito difundidas na atualidade. Ao trazer a expressão ‘introduzir os estudantes no universo do dinheiro’, consideramos que Silva e Powell (2013) abrem possibilidades de discussões sobre salário-mínimo e dignidade humana; trabalho e lucro; consumismo e a questão ambiental; endividamento e marketing; dentre inúmeros aspectos que nos cercam como sociedade e necessitam um olhar cuidadoso e problematizador.

Mais recentemente, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017 para a etapa do Ensino Fundamental e em 2018 para a etapa do Ensino Médio, a EF ganhou mais destaque na Educação Básica, aparecendo como tema transversal desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Algumas escolas, entretanto, optaram por transformar o tema em uma disciplina independente, como é o caso da escola em que essa pesquisa foi desenvolvida.

Posto que a EF conquistou mais espaço na sala de aula, surge uma gama de possibilidades de pesquisas que possam contribuir para entender de que modo ela está

acontecendo e como ela é compreendida, seja por professores, estudantes, gestores ou até mesmo pelos materiais didáticos que dão suporte para a prática docente.

Em vista disso, este artigo objetiva compreender as percepções de alunos da Educação Básica, de uma escola particular do interior do estado de São Paulo, sobre a Educação Financeira, de modo a apontar e discutir quais compreensões os estudantes possuem sobre o tema. Para tal, será apresentada uma breve revisão de literatura acerca da Educação Financeira nas escolas, seguida da abordagem metodológica assumida e os procedimentos utilizados. Por fim, a discussão dos dados será realizada e algumas considerações finais elencadas.

Educação Financeira na Educação Básica

Silva e Powell (2013) propõem uma alternativa à ideia mercadológica de Educação Financeira difundida pela OCDE (2005), apontando a necessidade de se considerar aspectos que vão além de uma formação visando o consumo, seja de materiais ou de produtos financeiros. Os autores problematizam essa visão e, direcionando as discussões para a escola, elaboram o que seria um possível currículo de EF. Tal estrutura é pautada em três dimensões – pessoal, familiar e social – e possui quatro eixos norteadores (Quadro 1).

Quadro 1 - Proposta curricular de Educação Financeira

<p>I – Noções básicas de Finanças e Economia</p> <p>Nesse eixo os temas de discussão são, por exemplo, o dinheiro e sua função na sociedade; a relação entre dinheiro e tempo; as noções de juros, poupança, inflação, rentabilidade e liquidez de um investimento; as instituições financeiras; a noção de ativos e passivos e aplicações financeiras.</p>	<p>II – Finança pessoal e familiar</p> <p>Nesse eixo serão discutidos temas como: planejamento financeiro; administração das finanças pessoais e familiares; estratégias para a gestão do dinheiro; poupança e investimento de finanças; orçamento doméstico; impostos.</p>
<p>III – As oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo</p> <p>Nesse eixo serão discutidos temas como, por exemplo: oportunidades de investimento; os riscos no investimento do dinheiro; as armadilhas do consumo por trás das estratégias de <i>marketing</i> e como a mídia incentiva o consumo das pessoas.</p>	<p>IV – As dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a EF</p> <p>Nesse eixo serão discutidos temas como consumismo e consumo; as relações entre consumismo, produção de lixo e impacto ambiental; salários, classes sociais e desigualdade social; necessidade x desejo; ética e dinheiro.</p>

Fonte: Elaborado a partir de Silva e Powell (2013, p. 14)

Não compreendemos os quatro eixos como ‘caixinhas disjuntas’. Acreditamos ser possível dialogar e atravessar cada um desses blocos. Essa proposta aponta para uma EF que considera aspectos para além dos produtos financeiros, mas que ressalta a importância, também, de uma discussão crítica de problemas da realidade, podendo ser ambientais, sociais, econômicos dentre outros. Com essa estrutura curricular, os autores não têm a pretensão de engessar o ensino da EF, mas sim dar encaminhamentos do que compreendem sobre a temática, destacando a amplitude de tal assunto. Ainda, vale reforçar que esse currículo é pensado para ser discutido ao longo de toda a formação do estudante – desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Também questionando a postura da OCDE frente à EF, Campos e Kistemann (2013, p. 55) defendem uma Educação Financeira “voltada, sobretudo, para o exercício de uma cidadania crítica, reflexiva e participativa por parte dos alunos a partir da colaboração e mediação docente”. Para que sejam desenvolvidos estes aspectos, os autores sugerem uma abordagem investigativa de problemas, tendo como suporte teórico as ideias de ambientes de aprendizagem, propostas por Skovsmose (2000).

Com mesmo aporte teórico – a Educação Matemática Crítica – Melo e Pessoa (2019) apresentam uma pesquisa desenvolvida com professores do Ensino Médio, cujo objetivo era discutir possibilidades de abordagens de EF na sala de aula da Educação Básica. Os resultados apontam para a importância da utilização de situações e dados reais, de modo que as discussões possam ir além da Matemática Financeira em si, debatendo tópicos que permeiam “relações sociais, tomadas de decisão, demandas de consumo, influências da mídia e das propagandas, dentre outros aspectos” (MELO; PESSOA, 2019, p. 511), objetivando a formação de indivíduos críticos.

No que tange às pesquisas realizadas com estudantes da Educação Básica no Brasil, temos algumas com um olhar para os Anos Iniciais (OLIVEIRA, 2009; LIMA et al., 2016; VARGAS; LÓPEZ, 2019; SANTOS et al., 2020), outras preocupadas com os Anos Finais (GADOTTI; BAIER, 2017; FARIA; FREITAS, 2019; SILVA; REINHEIMER, 2019) e, por fim, algumas direcionando suas reflexões sobre alunos e alunas do Ensino Médio (CUNHA; LAUDARES, 2017; GIORDANO; MIYAJI, 2017; GROENWALD; OLGIN, 2018; LOVATTI, 2018; VILLA; SILVA; DARROZ, 2018). Dentre as pesquisas já realizadas, destacamos três delas, cada qual referente a uma etapa escolar, de modo a caracterizar a investigação no contexto escolar.

Santos et al. (2020) relatam um trabalho com crianças que cursavam a quarta série dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de uma escola de classe alta da cidade de Recife – PE,

cujo objetivo consistia em sondar como os estudantes refletem sobre atividades de EF. Para isso, foi aplicado um teste com 12 situações com temáticas variadas – compras; propaganda; poupança; desejos *versus* necessidade; economia doméstica; uso do dinheiro; produtos financeiros; sustentabilidade e consumismo.

Com base na Educação Matemática Crítica e nas discussões propostas por Bauman, as autoras concluíram que os estudantes “ainda que sem uma discussão sistematizada em sala de aula, apresentam compreensões sobre temáticas relacionadas à EF” (SANTOS et al., 2020, p. 153). As crianças apontaram compreensões e preocupações sobre temáticas como: influência da mídia na produção de desejos; necessidade de se poupar dinheiro; sustentabilidade; mudanças nos hábitos domésticos, dentre outras.

Concernente aos Anos Finais do Ensino Fundamental, Silva e Reinheimer (2019, p. 254) desenvolveram uma pesquisa com estudantes de sexto ano de um colégio do estado do Rio Grande do Sul, articulando a EF e a Modelagem Matemática, objetivando “momentos de discussão e reflexão sobre a temática”. A partir de atividades que discutiam temas como - despesa e receita; marketing; origem do dinheiro e comparação de preços -, os autores concluíram que houve um envolvimento positivo por parte dos participantes ao longo de todo o projeto desenvolvido. Tal envolvimento levou os alunos a desenvolverem estratégias para a resolução das situações problemas e a criticarem/refletirem sobre seus planos de ações – individuais e coletivos.

Groenwald e Olgin (2018) desenvolveram um trabalho com estudantes do 3º ano do Ensino Médio, a partir da aplicação de atividades que possuíam como temática a ‘Lei do Empregado Doméstico’. Os resultados indicam que os alunos se posicionaram criticamente e refletiram sobre “a importância de direitos iguais entre as diferentes classes profissionais, e que a proposta da lei do empregado doméstico oportuniza a esta classe de trabalhadores direitos que já pertenciam a outros profissionais” (GROENWALD; OLGIN, 2018, p. 175). Ainda, os autores pontuaram que foi possível aplicar a matemática financeira na resolução dos problemas e na discussão do assunto.

Essa breve revisão de literatura, que não possui a intenção de ser exaustiva, aponta trabalhos e discussões elencadas no âmbito escolar, trazendo reflexões para pesquisadores e docentes. De modo a contribuir com esse rol de investigações, a pesquisa aqui apresentada foca nas três etapas escolares, com o intuito de ter um olhar macro sobre a compreensão de Educação Financeira ao longo da Educação Básica. Para clarear os procedimentos realizados, discutimos, na sequência, a abordagem metodológica assumida, os procedimentos utilizados, assim como

caracterizamos o cenário em que os dados foram produzidos. Por fim, explicitamos a organização e a análise dos dados.

Metodologia de pesquisa

Esse artigo está fundamentado na metodologia de pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender aspectos relacionados à Educação Financeira a partir de uma análise da compreensão de um grupo de estudantes da Educação Básica (GOLDENBERG, 2004). O objetivo dessa abordagem metodológica consiste em investigar particularidades do ambiente em que foi desenvolvida a pesquisa, de modo a compreender as inquietações do grupo investigado.

Para isso, se descreve ao máximo o cenário da pesquisa, a produção, a apresentação e a análise dos dados, buscando mostrar a forma com a qual os pesquisadores interpretaram aquela situação, uma vez que Goldenberg (2004, p. 51) relata “seja qual for o método, [...] ele sempre dirige sua atenção apenas para certos aspectos dos fenômenos, os que parecem importantes para o pesquisador em função de suas pressuposições”.

Tais pressuposições podem ser compreendidas como sendo a noção de conhecimento dos pesquisadores, uma vez que não seria possível uma análise sem influência humana a partir de perguntas neutras. Isto é, a noção de conhecimento dos pesquisadores corrobora a forma com a qual se coletam e se analisam os dados (o fenômeno investigado e a forma de investigar) dadas suas vivências e ponto de vista (BORBA; VILLARREAL, 2005). Com isso, na pesquisa qualitativa, diferentes pesquisadores, a partir dos dados apresentados em um estudo, podem chegar a conclusões distintas.

Uma vez adotada essa concepção, faz-se necessário descrever o cenário investigado, detalhando a escola, os alunos, as dinâmicas de aulas, ao mesmo tempo em que se preserva essas identidades (anonimato), além de detalhar a forma com a qual os dados da pesquisa foram produzidos e analisados.

Durante o ano de 2020, o segundo autor desse texto, com formação em licenciatura em Matemática, iniciou um trabalho com EF em um colégio da rede particular de ensino, em uma cidade do interior do estado de São Paulo, tendo a oportunidade de ministrar aulas nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ou seja, foi responsável por todas as turmas e níveis desta escola, com exceção do 3º ano do Ensino Médio³, o que possibilitou as discussões desse artigo.

³ Por conta da grade curricular, não foi possível inserir a disciplina Educação Financeira nesse ano.

Este professor possuía, ao todo, 16 turmas, sendo oito dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seis dos Anos Finais do Ensino Fundamental e duas do Ensino Médio, totalizando 282 alunos. Para esse artigo, optamos por analisar as três etapas da Educação Básica.

A escola iniciou seus trabalhos com EF em 2020, optando por criar uma disciplina exclusiva, sendo a primeira experiência, não só do professor, mas também dos alunos e de toda gestão escolar. A escola não havia adotado nenhum material didático específico, ficando a cargo do docente o direcionamento da disciplina, o que garantia certa autonomia. O professor realizou buscas em diversas fontes, como artigos científicos, livros, *websites*, vídeos e palestras ofertadas pelo colégio, a fim de elaborar seu próprio material didático, levando em conta os diferentes anos escolares.

O colégio optou em implementar a EF com um único professor, com aulas de 45 minutos, a cada 15 dias, para os alunos pertencentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e aulas de 45 minutos, uma vez por semana, para os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Vale ressaltar que em 2020 surgiu a pandemia ocasionada pela Covid-19. As aulas iniciaram de forma presencial, contudo, por conta da gravidade e da evolução da pandemia, foi necessária a realização de aulas remotas, a partir de abril, por meio de interfaces, softwares e plataformas online. Em particular, o docente responsável manteve o tempo das aulas, trabalhando *online*, de forma síncrona, compartilhando sua tela do computador, *links* e vídeos com os alunos. O diálogo, nestas aulas remotas, ocorria por meio de um bate papo, microfone e câmeras.

Dentre as diferentes turmas escolares, ao longo do ano, o professor desenvolveu temas como dinheiro, padrões de vida, salário-mínimo, organização financeira pessoal, cofrinhos, tipos de mesadas, sonhos, consumo, sustentabilidade, lixo, reciclagem, publicidade, propagandas, economia e investimentos, sempre levando em conta a faixa etária dos estudantes, seus interesses, assim como o contexto em que viviam.

Buscando identificar o que os alunos investigados compreendiam por Educação Financeira, bem como outras informações que permeiam o assunto, o professor elaborou e

aplicou, no início do ano letivo, um questionário⁴ *online* por meio do *Google Forms*⁵, com um total de 8 questões. Este questionário possuía questões abertas e amplas, de modo a deixar os alunos livres para responderem, buscando não direcionar a resposta e nem limitar suas contribuições a um número específico de caracteres, o que vai ao encontro dos pressupostos da pesquisa qualitativa, na busca da maior quantidade de informações.

A escolha em produzir os dados por meio do *Google Forms* se deu pelo fato de ser uma ferramenta online e prática, que favorece atingir uma grande quantidade de alunos participantes, além de deixá-los mais à vontade, se comparado a outros métodos, como entrevistas. Para este artigo, realizou-se um recorte do seguinte item, presente nos questionários aplicados (Figura 1).

Figura 1 - Exemplo de questionário

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Dentre o total de 222 alunos⁶, analisamos os questionários de 205 participantes, pois nem todos responderam. Ressaltamos que os estudantes do primeiro e segundo ano dos Anos Iniciais, apesar de possuírem aulas de EF, não tiveram acesso ao questionário, visto que estavam em processo de alfabetização. A tabela 1 exibe a quantidade de formulários respondidos por cada ano escolar.

⁴ Questionário é compreendido aqui como sendo um formulário, no sentido de ser preenchido pelos envolvidos. Essa justificativa se mostra importante, uma vez que as questões dos formulários pediam para os alunos discorrerem determinados assuntos, porém os mesmos itens não foram necessariamente formulados como perguntas. Mantém-se a palavra questionário, por ser recorrente em pesquisas qualitativas.

⁵ O *Google Forms* pode ser utilizado para coletar informações, por meio de perguntas alternativas e dissertativas, permitindo anexar fotos e gráficos, dentre outros recursos. Fonte: Wikipédia. Link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms.

⁶ Somando os alunos do primeiro e segundo ano dos Anos Iniciais e os estudantes que optaram por não responder, totalizam-se 285 alunos que frequentavam a disciplina de EF.

Tabela 1 - Questionários analisados por ano escolar

	Alunos matriculados	Formulários respondidos
Anos Iniciais		
3º Ano	17	13
4º Ano	30	26
5º Ano	14	13
Anos Finais		
6º Ano	35	35
7º Ano	34	31
8º Ano	17	16
9º Ano	35	32
Ensino Médio		
1º Ano	18	18
2º Ano	22	21
Total	222	205

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Para a descrição e análise dos dados, de modo a preservar a identidade dos alunos que responderam os questionários, escolheram-se nomes fictícios para cada um deles. Assim, nos excertos trazidos nesse texto, serão mencionados os nomes fictícios dos respectivos sujeitos, bem como nível de ensino (Anos Iniciais (AI), Anos Finais (AF) ou Ensino Médio (EM)) e o ano letivo. A cargo de exemplificação, (Andrei, AF, 8) representa o nome fictício de um aluno do 8º Ano dos Anos Finais.

A análise dos dados, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 205), envolve “a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros”. Após a produção dos dados, estes autores recomendam utilizar as categorias de codificação, que consistem em:

À medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos. O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases, são categorias de codificação. As categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu [...] de forma a que o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente apartado dos outros dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 205).

Com base nessas premissas, lemos atentamente cada uma das respostas dos alunos, mais de uma vez, e fomos fazendo anotações de possíveis temáticas as quais elas poderiam estar relacionadas. Estas temáticas fizeram emergir alguns códigos a partir da convergência de falas dos alunos em um tema comum, ou seja, ideias compartilhadas tornaram-se categorias para a classificação dos dados.

O tipo de análise aqui realizado vai ao encontro do que os autores chamam de códigos de definição da situação, uma vez que

Neste tipo de código o objetivo é o de organizar conjuntos de dados que descrevam a forma como os sujeitos definem a situação ou tópicos particulares. Está interessado na visão que os sujeitos têm do mundo e na forma como se veem a si próprios em relação à situação ou ao tópico em causa. O que é que eles esperam atingir? Como definem aquilo que fazem? O que é importante para eles? (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 223).

Uma mesma ideia ou frase de um grupo de participantes, ou mesmo de um único participante, pode conter mais de um código, na medida em que eles estão interligados, conforme notado em relatos que se encaixam em mais de um tópico como, por exemplo, uma estudante do Ensino Médio que relatou em uma mesma frase sobre organização financeira pessoal e investimento, como veremos ao longo das discussões dos dados.

Além disso, por se tratar da mesma temática, porém com um entendimento que se diferencia pela idade dos estudantes, ocorreu de algumas categorias de codificações utilizarem o mesmo código em mais de um nível de ensino, por exemplo, organização pessoal surgiu em todas as etapas escolares. Portanto, embora um código principal esteja relacionado a uma categoria, o mesmo pode abarcar distintas compreensões sobre aspectos da Educação Financeira, além de contemplar discussões menores relacionadas a esse tema principal. Na sequência, discutiremos com detalhes as categorias elencadas.

Discussão dos dados

Após a análise minuciosa das respostas dos estudantes para o questionamento **“Escreva com suas palavras o que é Educação Financeira”**, conforme explicitado na seção anterior, identificaram-se temas que eram comuns aos três níveis, porém com terminologias, intensidades e questionamentos diferentes, dadas determinadas compreensões de mundo, de acordo com as idades dos estudantes, assim como assuntos que eram pertinentes a um grupo específico. Após vários movimentos de refinamento, chegou-se em quatro categorias finais, apresentadas na Figura 2.

Figura 2 - Categorias de discussão

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Apesar da apresentação das categorias de discussão serem realizadas em blocos separados, tem-se consciência de que, por vezes, algumas respostas permeavam mais de um tema, sendo impossível uma total desassociação.

Organização Pessoal

A organização pessoal foi um tema presente em todos os níveis. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em particular, esta é uma discussão que apareceu através da expressão *lidar com o dinheiro* e estava atrelada à noção de mesada, como podemos notar nas falas de (Ricardo, AI, 4) “*Educação Financeira é aprender a lidar com finanças, usar nossa mesada*” e na de (Mariana, AI, 4) “*Educação Financeira fala sobre como administrar o dinheiro e como usar; aprender a guardar o dinheiro; fala sobre as mesadas*”. Essa é uma visão bastante comum nas turmas analisadas – a de se organizar e aprender a utilizar o dinheiro –, sendo defendida e difundida pelos documentos propostos pela OCDE (2005) e pela Enef (BRASIL, 2010). Esse pensamento é identificado, também, em outros excertos, como os que seguem.

Educação Financeira é como aprender a lidar com dinheiro [...] é ensinar as crianças a economizar a mesada, o dinheiro, como utilizar com coisas úteis (Gilberto, AI, 3).

A Educação Financeira é o estudo que nos ensina a organizar a nossa vida financeira de forma correta, de acordo com nossas possibilidades. Aprendemos os valores da nossa moeda, bem como, a melhor maneira de utilizarmos o dinheiro no dia a dia (Ana Clara, AI, 4).

A Educação Financeira pode nos ajudar com questões relacionadas ao consumo consciente e a poupar dinheiro [...] é importante porque nos ajuda a saber lidar com o nosso dinheiro de maneira racional (Julia, AI, 4).

Alusivo a essa temática, Souza (2012, p. 11, grifo nosso) argumenta que “ao ensinar uma criança a *lidar com dinheiro* desde pequena, quando adulta terá maiores chances de aprender a administrar o seu salário, a sua vida. Vai saber guardar, guardar pra comprar, guardar pra poupar mais”. Nessa linha, a autora defende o trabalho com situações envolvendo dinheiro com crianças, pois possibilita que se vivenciem questões ligadas à ética, ao alto controle e à disciplina.

No que diz respeito à mesada, Modernell (2013) a caracteriza como um valor combinado entre pais e filhos a ser pago com certa regularidade, de modo a incentivar que as crianças aprendam a serem independentes em suas decisões financeiras. Sobre o tópico, Cerbasi (2006, p. 106) reforça que

A mesada e a semanada não são presentes. São pura e simplesmente ferramentas de educação financeira. [...] A criança deve entender que o direito de decidir sobre o dinheiro é um ato de responsabilidade importante e merecido, ao qual ela o fará se demonstrar um grau de amadurecimento compatível com tal responsabilidade.

Referente ao tema, Oliveira (2009) apresenta em sua tese uma discussão pertinente sobre a forma como as crianças ganham, gastam e guardam dinheiro. Em suas reflexões, a autora aponta a mesada como uma das formas de se ter dinheiro, sendo então um tópico a ser estudado, discutido e problematizado. Um ponto levantado pela autora é o fato de a mesada ser “uma prática quase já naturalizada nas infâncias das crianças e nas economias domésticas de suas famílias” sendo ela “um objeto produzido pelo discurso da educação financeira” (OLIVEIRA, 2009, p. 27).

Questionamos, que tipo de Educação Financeira produz e/ou promove esse discurso? Quais objetivos ela possui? Quais interesses estão por trás dela? Sabemos que a realidade brasileira não possibilita que toda criança receba uma mesada. Milhares de famílias têm dificuldades em ter uma vida digna, sobrevivendo em condições sub-humanas. Como pensar sobre “dar mesada” nesses contextos?

Não estamos dizendo que o tema não deva ser trabalhado em sala de aula, mas assumi-lo como algo geral e comum pode gerar microexclusões na própria sala. Concernente a este termo, Faustino et al. (2018, p. 900) caracteriza as microexclusões como

práticas sutis, realizadas de forma consciente ou não, que tendem a “isolar” o indivíduo em determinado ambiente, na maioria das vezes considerado

inclusivo, apresentando-se como um obstáculo para seu desenvolvimento humano. No caso educacional, microexclusões também podem mostrar-se como um obstáculo para a aprendizagem dos estudantes que as experienciam.

Defendemos uma EF inclusiva, que pense em todos e em cada um; que reflita sobre as diferenças e que convide os estudantes a pensar sobre elas, de modo a imaginar possíveis modos de superar as desigualdades existentes. Consideramos que a mesada, por exemplo, deva ser problematizada na sala de aula, mesmo que nos anos iniciais. Chamar a atenção para realidades distintas pode contribuir para uma sensibilização e empatia para com o outro.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, as reflexões sobre organização pessoal não estavam conectas com a noção de mesada. Diziam, apenas, sobre ter controle do orçamento, sabendo gastar e economizar. Essas ideias aparecem em diversas respostas, como a de (Patrícia, AF, 6) ao afirmar que *“Educação financeira traz conhecimento e consciência sobre nossas finanças pessoais. E tem como papel fazer a pessoa gastar e juntar dinheiro de uma forma boa e equilibrada”* e a de (Marcus, EM, 1) ao relatar que *“Educação Financeira é saber organizar os gastos e entender que é importante sempre ter uma reserva. É importante para a gestão de gastos”*.

Na literatura, encontramos pesquisas como a de Campos (2015) que discorre sobre a importância de um bom planejamento financeiro. Para o autor, não ter uma boa organização pode acarretar

vários problemas financeiro-econômicos, que no âmbito familiar os seus reflexos podem se agravar e ficar ainda mais sérios do que aparentam ser, podendo até ocasionar: instabilidade conjugal, endividamentos precoces, desentendimentos familiares, degradação dos valores éticos, doenças psicossomáticas como estresse, depressão e outras ligadas a fatores emocionais, comprometendo assim todo o convívio familiar e a sua qualidade de vida (CAMPOS, 2015, p. 36).

Ainda, o autor afirma que é essencial que se tenha uma organização financeira pessoal e familiar, para que se alcancem as metas e os objetivos planejados, sejam eles em um curto, médio ou longo prazo (CAMPOS, 2015). Essa ideia também foi expressa por (Letícia, AF, 9), ao argumentar que *“A Educação Financeira propriamente, introduz conceitos financeiros e orienta as pessoas a aprimorar sua relação com o dinheiro, ajudando-as a usá-lo de forma mais responsável e consciente no curto, médio e longo prazo”*. Nessa direção, reconhecemos a necessidade de o indivíduo ter conhecimento sobre os valores de todas suas receitas e despesas, assim como ter clareza sobre seus principais objetivos e suas prioridades.

Gostaríamos de reforçar um ponto que, muitas vezes, é deixado de lado ao se discutir o orçamento pessoal. É comum encontrar na literatura frases que defendem a importância de se “gastar menos do que se ganha” (CERBASI, 2005, p. 85). Apesar de concordarmos que esse é um dos fatores que contribuem para uma boa organização pessoal, nós, como professores, consideramos necessário problematizar esse tipo de fala.

Não diminuimos a importância de tratar sobre o planejamento financeiro, mas a ideia que o acompanha, de que a solução para a dependência econômica e o endividamento é simples: gastar segundo as possibilidades e controlando o orçamento. Segundo essa visão, a culpa por uma situação financeira desfavorável é exclusiva do sujeito que não se planejou, ou seja, não resistiu ao apelo constante do consumo, que é a mola propulsora do sistema político-econômico vigente (BARONI, 2021, p. 241).

Levando em conta que, no Brasil, metade da população vivia com menos de 500 reais por mês (IBGE, 2019), que o salário-mínimo nominal atual é de R\$ 1.100,00 e que o salário-mínimo necessário, segundo os cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2021), deveria ser de R\$ 5.315,74⁷, como é possível pedir que o indivíduo gaste menos? Como educadores matemáticos, é nosso papel iluminar a realidade (FREIRE; SHOR, 1987), convidando os alunos a refletirem sobre o que esses dados e valores significam. É importante que eles compreendam que, nessa sociedade neoliberal, o brasileiro médio já começa o mês endividado e que é necessária toda uma mudança estrutural para que cada indivíduo tenha uma vida digna e justa. Não é uma questão apenas de se organizar! O problema é mais complexo.

Operações em compras

Essa temática, apesar de emergir somente nos Anos Iniciais, foi bastante recorrente nas respostas dos alunos. Ela diz respeito ao fato de a EF estar vinculada ao ensino de operações utilizadas em situações de compras, como dar troco por exemplo. A própria BNCC traz essa preocupação como uma habilidade a ser desenvolvida, a saber “(EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável” (BRASIL, 2018, p. 293).

(Marina, AI, 5) explicita essa ideia quando afirma que “*A Educação Financeira é uma aula que nos ensina a poupar, a fazer comparações dos preços, administrar o dinheiro e*

⁷ Valores referentes ao mês de maio de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021>. Acesso em: 06 maio 2021.

entregar o troco corretamente”. Para a estudante, a EF tem o papel de contribuir com a economia doméstica, sugerindo a comparação de preços, assim como de ensinar a *dar o troco corretamente*. Esse tipo de comentário aparece em outras respostas, como as que elencamos na sequência.

Educação financeira é uma matéria que ensina a cuidar do dinheiro, ter troco e guardar. O papel dela é quando eu virar adulta ela ajudará a cuidar do dinheiro, do troco do supermercado etc. (Adriane, AI, 4).

A Educação Financeira é o estudo que nos ensina a organizar a nossa vida financeira de forma correta, de acordo com nossas possibilidades. Aprendemos os valores da nossa moeda, bem como, a melhor maneira de utilizarmos o dinheiro no dia a dia, com compras, por exemplo. Na escola, usamos o dinheiro na cantina, aprendemos nessa matéria, a soma e o troco. (Fernanda, AI, 4).

Na literatura, temos algumas discussões que permeiam esses aspectos no âmbito dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, inclusive antes da BNCC. Oliveira (2009) discorre da importância de se trabalhar com jogos ou atividades ambientadas em situações de compra, como um mercado, uma cantina, dentre outros locais comuns às crianças. A autora defende que mesmo que essas situações “tenham como resultado final exercitar as operações matemáticas, [elas] produzem aprendizagens de outras ordens, posicionam as crianças em práticas que funcionam de modo diferente que as práticas da matemática escolar” (OLIVEIRA, 2009, p. 37).

Nessa mesma direção, também anterior à BNCC, Luize (2001) já discorria que o trabalho com atividades que simulem situações cotidianas das crianças, como uma compra na cantina da escola; no supermercado; ou em outros estabelecimentos, abrem a possibilidade para a discussão do uso do dinheiro, não só no sentido de “identificar as notas e cédulas existentes em nosso sistema monetário, mas também reconhecer seu valor social” (LUIZE, 2001, p. 42). Questões relacionadas ao cotidiano dos alunos, como o caso da cantina, emergem em falas como:

Educação financeira é uma educação que as crianças precisam aprender desde pequenas por que elas vão usar o assunto da matéria na vida e fala sobre como administrar o dinheiro e como usar aprender a guardar e usar o dinheiro das mesadas e o papel dela na escola é, por exemplo, na cantina eu quero comprar 5 águas e 2 salgados... ela ensina como eu vou pagar, quais as formas, sabendo que o salgado custa 10,00 e a água 5,00... como eu posso pagar (Carolina, AI, 4).

Trabalhar esse tipo de situação, que faz parte da realidade e do cotidiano dos alunos, pode auxiliar na “aquisição de novos conhecimentos matemáticos (estimar e operar com valores reais, comparar preços (...) conferir trocos etc.)” (LUIZE, 2001, p. 46).

Consumo

O consumo é um assunto que aparece com frequência na BNCC, nas diversas disciplinas e, em particular, na Matemática, permeando, por vezes, os discursos dos estudantes. Seguidamente os alunos apontavam sobre a necessidade de se organizar financeiramente com o intuito de poder gastar melhor, realizar compras e/ou poder realizar sonhos, como é possível notar nas falas de (Ítalo, AI, 4) “*Educação Financeira é quando a gente começa a aprender mais sobre como utilizar o dinheiro em diferentes formas. O papel dela na escola é educar os alunos para que eles utilizem o dinheiro para alcançar seus sonhos materiais*” e de (Rebeca, AF, 6) “*A EF nos ajuda a pensarmos num plano de como gastar nosso dinheiro de forma sustentável*”.

O consumo, em síntese, pode ser compreendido como uma atividade rotineira, que ocorre sem planejamento prévio, sendo uma condição necessária para a “sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos” (BAUMAN, 2008, p. 37). Em nossa leitura, o consumo, por si só, não traz, necessariamente, consequências negativas ou positivas para a sociedade, mas, segundo Mazzi e Lima (2021, p. x, no prelo) “quando o *consumo* se torna *consumismo*, isto é, quando aquele se tornou essencial ao extremo e passou a se configurar como o propósito último da vida humana” é que nos deparamos com um grande problema.

Essa preocupação com o comprar, o gastar, é percebido nas falas dos alunos. Destacamos, em particular, a reflexão de (Carla, EM, 1), que afirma que “[...] *a combinação de maximização de renda com minimização de despesas faz com que sobre mais dinheiro para você, ampliando seu orçamento para compras. É verdade, você compra mais e melhor*”. Notamos que a preocupação de Carla para com a organização financeira está atrelada ao ‘poder comprar mais’. Esse tipo de objetivo pode levar o indivíduo a se tornar um consumista. Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (2008, p. 41, grifos do autor),

O consumismo é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, ‘neutros quanto ao regime’, transformando-os na *principal força propulsora e operativa da sociedade*, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de autoidentificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vidas individuais.

Para o sociólogo, o consumismo é um atributo da sociedade. Precisamos, enquanto tal, preocupar-nos para não nos tornarmos indivíduos focados em apenas ‘ter’, em detrimento do

‘ser’. É importante que reflitamos sobre o que nos leva a comprar um determinado produto; se é uma necessidade genuína ou se é apenas um desejo. Problematicar essa diferença na sala de aula é bastante pertinente para que os estudantes se policiem desde cedo, sendo críticos acerca de suas compras e de seus gastos.

Consideramos, assim, que a escola pode ser um ambiente importante para elencar reflexões acerca de temas que nos afetam quase que de modo imperceptível, como é o caso do consumismo. É interessante notar que esta é uma preocupação de alguns alunos, como notamos nas respostas que seguem.

Educação financeira é uma ciência que nos leva à capacidade de entender os conceitos de finanças e outros assuntos relacionados, além de ensinarmos a tomar decisões acertadas sobre o gerenciamento do dinheiro. Seu papel dentro das escolas é incentivar e ensinar os jovens a utilizar seu próprio dinheiro com responsabilidade e os livrar do consumismo (Marina, AF, 9).

Educação Financeira é a ciência que leva à reflexão sobre como devemos utilizar os nossos recursos para realizar propósitos e sonhos com sustentabilidade. Ela tem um papel muito importante nas escolas, pois: Um jovem educado financeiramente torna-se um adulto que valoriza o próprio dinheiro e tem a vida financeira livre de dois vilões: o consumismo e o endividamento (Miguel, AF, 8).

Acreditamos em uma EF que incentive e possibilite que reflexões como a de Marina e Miguel apareçam e sejam discutidas. Problematicar esse consumo desenfreado, o relacionando com temas como meio ambiente, lixo, reciclagem, dentre outros fatores, podem potencializar posturas mais conscientes como sujeitos pertencentes a uma sociedade.

Investimentos

Por fim, a última categoria, identificada nas três etapas da Educação Básica, diz respeito aos investimentos. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o tema aparece com menor frequência, de forma geral e sem muita profundidade, como notamos na reflexão de (Isadora, AI, 5), ao afirmar que “*Educação Financeira é trabalhar e planejar o futuro, aprendendo a usar dinheiro, aprendendo a comprar, vender. Cuidar do dinheiro quando se trabalha e saber investir e usar de maneira certa e na hora certa*”.

Compreendemos que, para as crianças dessa etapa, os investimentos passam a ideia de algo essencial para não se “prejudicar” ou, até mesmo, como sendo um cuidado que devemos ter no futuro, bem como na questão comportamental de compras. Tais compreensões de EF vão ao encontro de Teixeira (2015, p. 43), que discorre que a EF contribui para que o indivíduo “antecipe situações imprevistas, minimizando os riscos de exclusão financeira, processo em

que as pessoas encontram dificuldades para acessar ou utilizar produtos e serviços adequados às suas necessidades e que as permitem levar uma vida social plena”.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, encontramos ideias próximas a estas, como (Rubens, AF, 7) “*Educação financeira é um aprendizado de cuidados ao nosso dinheiro, como fazer investimentos, pesquisar preços e etc.*” e (Renato, AF, 7) “*Educação Financeira é uma matéria que conscientiza alunos a aprender a economizar fazer melhores escolhas, melhores investimentos, a melhor forma de usar o dinheiro, como pesquisar o melhor preço com uma confiança etc.*”. Essas colocações muitas vezes estão seguidas de adjetivos como ‘melhor’, ou seja, como se a EF propiciasse uma fórmula única que enquadrasse ‘melhores escolhas’ para alunos com distintas realidades. ‘Melhores’ escolhas, para eles, está relacionada a padrões de consumo, de investimento, utilização do dinheiro, dentre outros aspectos.

Este assunto foi mais intenso nas respostas dos alunos do Ensino Médio, fazendo com que ele aparecesse em uma quantidade maior de respostas. Mesmo que algumas respostas ainda tenham sido superficiais, surgiram colocações mais elaboradas, que levam a compreender alguns aspectos do que eles assimilam a investimentos, dentro da disciplina EF.

Para a aluna (Ana Clara, EM, 2) “*A educação financeira tem como propósito auxiliar na administração, nos ajudando, tomar decisões relacionadas a investimentos e poupanças*”. É evidente no discurso da estudante a concepção da Enef, uma vez que a aluna busca encontrar na disciplina orientações para que ela possa compreender conceitos e produtos financeiros, para se tornar consciente das oportunidades e riscos (BRASIL, 2010). Essa é uma visão bem difundida na fala de alguns alunos, podendo ser considerada um senso comum dos alunos ou da sociedade quando o assunto é EF, ao reproduzirem o discurso dos familiares.

A resposta da aluna (Matilde, EM, 2) vai ao encontro dos relatos anteriores, pois para a aluna, a “*Educação Financeira é o que você compreende e/ou pratica quando vai investir ou guardar seu dinheiro, sendo assim é quando você tem um controle sobre o dinheiro; sabe o quanto é possível gastar em tal mês e o quanto deve guardar. Também é saber quais os diferentes tipos de investimentos possíveis para um dado momento e em certas situações*”.

Consideramos importante que os estudantes, ainda na Educação Básica, tenham discussões acerca de diferentes tipos de investimentos, assim como tenham acesso aos distintos produtos que comumente são oferecidos pelas instituições, como a poupança, o tesouro direto, CDB, dentre tantos outros de renda fixa, para curto, médio ou longo prazo. Porém, reconhecemos que os professores devem ter cuidado ao tocar nesses pontos, em especial em assuntos como ações, uma vez que a renda variável envolve mais riscos. Reconhecemos, inclusive, que muitas vezes o próprio professor pode desconhecer esses tipos de investimentos.

Para os alunos, conhecer esses diversificados tipos de investimento na escola, por meio da EF, é importante para seu futuro, conforme os excertos que seguem.

Para mim a educação financeira tem o objetivo de ensinar as pessoas como cuidar do seu dinheiro, investimentos, e a ajudar em decisões financeiras. O papel na escola, na minha visão é aprender desde já como guardar, usar e preparar o dinheiro para o nosso futuro, para que no futuro temos noção de como usá-lo e investir ele (Sarah, EM, 1).

É ter uma relação saudável com o dinheiro, saber o que fazer com ele, e não só gastar. Aprendendo o que fazer com o dinheiro mais jovem, você pode ajudar seus pais, e no futuro ter uma vida muito melhor, sabendo investir e como gastá-lo (Edmilson, EM, 1).

Nota-se que eles possuem uma concepção de guardar dinheiro, seja agora ou quando estiverem trabalhando, para que no futuro, quando tiverem acesso aos produtos financeiros, eles possam investir para ter uma vida melhor.

É importante, contudo, que o professor problematize, por exemplo, as taxas de juros envolvidas nessas aplicações, bem como o funcionamento de algumas delas como, por exemplo, a taxa Selic. Uma pergunta que o docente pode elencar é ‘por que, ao realizar um empréstimo em um banco a taxa de juros fica em torno de 4 % ao mês e, um CDB ofertado por essa mesma instituição, tem uma rentabilidade de 10% ao ano?’. Esse tipo de reflexão pode contribuir para que os alunos compreendam o funcionamento do mercado financeiro e entendam os lucros bilionários que essas instituições registram anualmente.

Considerações finais

Neste artigo objetivamos discutir como alguns estudantes da Educação Básica compreendem a Educação Financeira. Para alcançar essa meta, analisamos um item de um questionário respondido por 205 alunos de uma escola particular do interior do estado de São Paulo, sendo eles de todas as etapas escolares – Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Os dados apontaram que os estudantes possuem a concepção de que a disciplina de Educação Financeira se faz útil para lidar com situações cotidianas que envolvem conhecer o valor de mercadorias e tomar decisões com dinheiro, seja como forma de troco, de compreensão de situações envolvendo descontos, visando determinado controle e administração de suas próprias finanças. Por trás desses relatos é possível observar que, no fundo, os estudantes buscam poupar, economizar e investir para atingir suas metas/sonhos, além de buscarem uma boa qualidade de vida no futuro.

Identificamos, a partir da análise dos dados, que os alunos compreendem a EF de modo próximo ao que expressam as propostas da OCDE (2005) e da Enef (BRASIL, 2010), uma vez

que acreditam que ela possa colaborar para a organização das finanças pessoais, no quesito consumo e investimento, de modo a conhecer produtos financeiros que atendam suas expectativas e favoreçam um futuro mais tranquilo.

Preparar os indivíduos para refletirem sobre sua organização pessoal, sobre investimentos e sobre consumo é importante, porém consideramos que o ensino da EF precisa ir além. É importante que os estudantes entendam que, ao olhar para a sociedade como um todo, o ‘economizar’ não é uma opção; o comprar algo ‘mais sustentável’ não é realidade da maioria e que o ‘investir pensando no futuro’ passa longe do que a maioria das famílias tem condições.

Entendemos que a EF pode ser uma forma de questionar o sistema, compreender nossa contribuição na sociedade, cobrar nossos representantes, ter ciência de nossos direitos e deveres e, conseqüentemente, aumentar a equidade entre as pessoas. O mundo carece de reflexões e, estas, podem ser iniciadas na escola.

Referências

BARONI, A. K. C. **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática:** possibilidades para a formação inicial. 2021. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2021.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Codex – Portugal: Porto Editora, 1994.

BORBA, M. C.; VILLARREAL, M. V. **Humans-with-Media and the Reorganization of Mathematical Thinking:** information and communication technologies, modelling, experimentation and visualization. New York, United States: Springer, 2005.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Plano Diretor da ENEF: Anexos. 2010. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislação>> Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto 7.397** de 22 de dezembro de 2010. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Brasília, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

CAMPOS, A. B.; KISTEMANN JR, M. A. Qual Educação Financeira Queremos em Nossa Sala de Aula? **Educação Matemática em Revista**, SBEM, São Paulo, nº 40, novembro, p. 48-56, 2013.

CAMPOS, A. R. **A Educação Financeira em um curso de orçamento e economia doméstica para professores**: uma leitura da produção de significados financeiro-econômicos de indivíduos-consumidores. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CERBASI, G. **Dinheiro**: os segredos de que tem. São Paulo: Editora Gente, 2005.

CERBASI, G. **Filhos inteligentes enriquecem sozinhos**: como preparar seus filhos para lidar com o dinheiro. São Paulo: Editora Gente, 2006.

CORRÊA, E. R. P.; MIRANDA-RIBEIRO, A. Ganhos em expectativa de vida ao nascer no Brasil nos anos 2000: impacto das variações da mortalidade por idade e causas de morte. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3 p. 1007 – 1017, 2017.

CUNHA, C. L.; LAUDARES, J. B. Resolução de Problemas na Matemática Financeira para Tratamento de Questões da Educação Financeira no Ensino Médio. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 31, n. 58, p. 659-678, 2017.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021>.

FARIAS, W. P. S.; FREITAS, M. T. M. Educação financeira: contextualizando e dialogando com conceitos matemáticos no ensino fundamental. **ReBEC**, Cascavel, (PR), v. 3, n. 2, p. 419-439, 2019.

FAUSTINO, A. C.; MOURA, A. Q.; GOMES, G. H.; MUZINATTI, J. L.; SKOVSMOSE, O. Macroinclusão e microexclusão no contexto educacional. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 3, p. 898-911, 2018.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, A. C.; BAIER, T. Educação financeira por meio de dados reais: atividades didáticas para a educação básica. **R. bras. Ens. Ci. Tecnol.**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2017.

GIORDANO, C. C.; MIYAJI, R. G. Projetos Interdisciplinares e Educação Financeira. **Perspectivas da Educação Matemática – INMA/UFMS – Campo Grande**, v. 10, n. 23, 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. São Paulo: Record, 2004.

GROENWALD, C. L. O.; OLGIN, C. A. Educação financeira no currículo de matemática do ensino médio. **R. bras. Ens. Ci. Tecnol.**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 158-180, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Séries Históricas, 2019.

LIMA, R. A. A.; VENTURA, A. F. A.; VENTURA JÚNIOR, R.; SILVA JÚNIOR, F. J. Educação Financeira Infantil: Brincando com dinheiro. **Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC**, Florianópolis, ano 3, nº 4, 2016.

LOVATTI, F. A. **Educação Financeira no ensino médio**: contribuições da educação matemática crítica. 2018. Dissertação (Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, Vitória, 2018.

LUIZE, A. “Eu acho que $215 + 237 \dots$ ”. In: MARINCEK, V. (Org.). **Aprender Matemática resolvendo problemas**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 37 – 47.

MAZZI, L. C.; BARONI, A. K. C. Diálogos possíveis entre Educação Financeira e a educação matemática crítica. In: BARONI et al. **Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática** (2021 - no prelo).

MAZZI, L. C.; LIMA, A. S. Consumo, marketing e endividamento. In: BARONI et al.. **Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática** (2021 - no prelo).

MELO, D. P.; PESSOA, C. A. S. Educação Financeira no ensino médio: possibilidades. **ReBEC**, Cascavel (PR), v. 3, n. 2, p. 488-513, 2019.

MODERNELL, A. **Especialista ensina como dar mesadas para os filhos, conforme a idade**. Entrevista concedida a Sophia Camargo. Caderno de Finanças da UOL, 2013. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2013/10/11/14-dicas-de-como-dar-mesada-aos-filhos-e-educa-los-financeiramente.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

OCDE. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. 2005. Disponível em: <https://epdf.pub/queue/improving-financial-literacy-analysis-of-issues-and-policies.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

OLIVEIRA, H. D. L. **Entre mesadas, cofres e práticas escolares**: a constituição de Pedagogias Financeiras para a Infância. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, L. T. B.; ASSIS, A. M. R. B.; MONTENEGRO, J. A.; PESSOA, C. A. S. Estudantes dos Anos Iniciais refletindo sobre Educação Financeira. **RIPEM**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 3, p. 130 - 156, 2020.

SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 157-173, 2017.

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 387 – 407, 2012.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, XI. 2013, Curitiba. **Anais...**, p. 1 – 17. Disponível em: http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2675_2166_ID.pdf Acesso em: 03 jan. 2019.

SILVA, R. S.; REINHEIMER, M. A. Educação Financeira na Escola Básica: um experimento com Modelagem Matemática. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 3, n. 2, 2019.

SKOVSMOSE, O. Cenários para investigação. **Bolema**, Rio Claro, v. 13, n. 14, p. 66-91, 2000.

SOUZA, D. P. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2012.

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

VARGAS, M. A.; LÓPEZ, Y. M. La Enseñanza del Tema del Dinero en las Clases de Matemática en la Educación Primaria. **Acta Scientiae**, Canoas, v. 21, n. 5, p. 102 – 127, 2019.

VILLA, L.; SILVA, J. T.; DARROZ, L. M. Educação Financeira no Ensino Médio: uma Proposta Fundamentada na Teoria da Aprendizagem Significativa. **Acta Scientiae**, Canoas, v. 20, n. 1, p. 56 – 74, 2018.

*Recebido em 10 de maio de 2021.
Aprovado em 15 de junho de 2021.*